

EDITAL 01/2023 PROCESSO SELETIVO PARA O INGRESSO EM 2024 NO CURSO DE
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ano: 2024 / Semestre: 1º

Coordenador PGCS-UFES: Prof. Dr. Marcelo Fetz

Coordenadora adjunta PGCS-UFES: Profa. Dra. Cristiana Losekann

ANEXO:

CHAVE DE RESPOSTAS PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO –09 de outubro de 2023

Como se trata de prova dissertativa própria, as chaves de respostas não esgotam as possibilidades de escrita sobre os textos indicados para a prova, como o colocado no subitem do edital: “5.4.2. O/a candidato/a deverá responder, **em redação dissertativa própria**, a duas das três questões que lhe serão apresentadas no momento da realização da prova.” (grifos nossos). Quanto às correções basearam-se em item do edital, como o previsto: “5.4.5. O desempenho dos/as candidatos/as na prova escrita de conhecimentos específicos será avaliado conforme Anexo III, tendo como base os seguintes critérios: 1º) clareza de exposição que revele domínio da língua portuguesa; 2º) domínio dos conceitos utilizados; 3º) uso adequado da bibliografia proposta; 4º) foco nas questões propostas; 5º) coerência nas respostas.” As questões, assim como as correções, basearam-se na bibliografia indicada no edital 01/2023. Demais orientações devem ser consultadas no mesmo.

QUESTÃO 1:

A história da Antropologia enquanto disciplina está emaranhada com diferentes modos de fazer-e-escrever etnográficos, assim como a variações em como é considerada em seu estatuto de cientificidade e nas suas dobras em relação a outros modos de conhecer-e-ser no mundo. A partir dessa afirmação, discorra ao menos sobre três diferentes propostas para se fazer-e-escrever na Antropologia. Não se esqueça de referenciar autoras/es utilizadas/os em sua argumentação.

Antes de se tornar disciplina, as bases da antropologia são lançadas com os (des)encontros coloniais, onde primeiramente são os povos originários das Américas que abalam as bases do pensamento europeu, com graves consequências também para esses povos e seus territórios. Depois, temos a evangelização e a expansão administrativa nas colônias, que agrava essas tendências e a escravização de povos africanos. Do ponto de vista teórico é o evolucionismo cultural, apesar de vários problemas em suas abordagens - dentre as quais destacam-se seus pressupostos de hierarquia entre os povos, de uma história única para toda a humanidade, suas abordagens eurocentradas, comparações em amplas escalas de espaço-tempo, a suposição de único caminho civilizacional, dentre outros -, que é considerada a que dá a base para o surgimento da Antropologia enquanto uma disciplina, a buscar sua consolidação também como ciência. Do ponto de vista de Evans-Pritchard (1985), que retoma em seu texto partes desse processo, há forte interrelação entre conhecimento empírico acumulado e teoria, então, vários dos registros escritos desses (des)encontros coloniais darão as condições para a emergência da

Antropologia como disciplina. Apesar de ressaltar a importância de alguns registros anteriores, feitos por amadores, o autor destaca as produções escritas a partir do século XIX.

Todavia, será com o funcionalismo, e com o estrutural funcionalismo, que protocolos de pesquisa darão a tônica dos trabalhos de antropólogos/as/es “científicos”, com destaque para a observação participante e a elaboração das etnografias. Evans-Pritchard (1985) é figura de relevo nesta fase. Uma das características e, pode-se afirmar até “inovação”, a partir desse momento, é a defesa da necessidade da pesquisa de campo, ou seja, a experiência direta com os povos estudados a ser realizada por tais profissionais. Algumas das diretrizes sobre como fazer-e-escrever em antropologia, propostas especificamente por Evans-Pritchard neste texto, são: (1) a realização de longas estadias em campo, para captar variações sazonais nos modos de vida dos grupos estudados, bem como para se acessar os pormenores da vida social – inclusive Evans-Pritchard chega a sugerir o período de um a três anos de estadia em campo -, de modo a ser ainda possível fazer uma verificação sistemática das conclusões a que se chegou; (2) o estabelecimento de estreito contato com as comunidades, apreendendo-as com proximidades física e psicológica e sem intermédio de terceiros; (3) o aprendizado da língua nativa, para não se recorrer à mediação de tradutores, e ir além, pois, segundo esse autor, aprender uma língua é também aprender a cultura, seus principais símbolos, e se colocar como aprendiz daqueles/as com que se convive em campo; (4) ainda seria preciso, nas suas palavras, “estudar a vida social total” (p. 81), e aqui estão presentes a ideia de contexto cultural, tido como pano de fundo das análises, e as descrições registradas em detalhes nos diários de campo; (5) e, por fim, a importância da formação teórica em Antropologia Social, antes da pesquisa de campo, inclusive com o estudo das produções etnográficas existentes sobre a região a ser investigada.

É importante lembrar que, na década de 1950, quando foi proferida a série de palestras registradas no livro “Antropologia Social”, a antropologia já se constituía como uma disciplina acadêmica no Reino Unido, e não deixava de trazer em si alguns de seus marcadores de origem. Até os pontos acima recuperados, o autor mantém sua discussão muito próxima de recomendações encontradas em outras de obras, como na introdução de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* de B. Malinowski (1922), e mesmo dentro de parâmetros de suas próprias etnografias, *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande* (1937) e *Os Nuer* (1940). Porém, algo a se destacar neste texto que representa uma fase mais tardia do autor são suas colocações sobre a importância que atributos mais subjetivos do/a autor/a podem ter sobre os resultados finais dos escritos, como as características pessoais de quem escreve, dentre as quais “a penetração imaginativa do artista e a habilidade literária” (p. 83) e sua cultura de origem. As características da própria cultura estudada igualmente trariam rebatimentos nos textos. Ele acaba por aproximar a Antropologia Social da Arte, embora, pontue que os fatos estudados e os limites teóricos da disciplina, no momento vigente, garantiriam a credibilidade dos estudos.

Essa guinada de Evans-Pritchard antecede um movimento de aproximação da antropologia com as artes que será marcadamente aprofundado décadas depois da conferência acima, na década de 1980. Na verdade, esse movimento é devedor já de ideias levantadas na obra de Clifford Geertz, antropólogo norte americano que viveu entre 1926 e 2006. Porém, seu posicionamento mais deliberado é comumente associado com a obra *A escrita da Cultura*, publicada em 1986, como colocado enfaticamente por George Marcus (2004). A obra afluente o repensar o ato da escrita em antropologia, ou, em outros termos, o poder de representação de outras/os/es no texto e, de modo mais amplo, a própria produção de conhecimento em antropologia. Muitos experimentos textuais foram realizados nesse momento. George Marcus (2004) reconhece a importância trazida à época, mas faz um chamamento para outras reflexões, pois, para ele, esse

debate deixou incólumes as convenções sobre as relações entre a produção etnográfica e a pesquisa de campo, reforçando o naturalismo empirista ou culminando em “gêneros de autoetnografia” (p. 136). Essas convenções teriam sido reforçadas junto a outras disciplinas, mas também foram reinventadas em alguns casos, como ele crê que foi o que se deu nas artes, sobretudo no teatro e no cinema, em suas próprias reinvenções do que conta como método etnográfico. Um dos objetivos principais do autor é inspirar-se nelas para fomentar a própria antropologia e como ela é ensinada. Sobretudo no que diz respeito a um pesquisar que se dê em experiências de produção coletiva e colaborativa, com uma concepção mais expandida do que conta como trabalho de campo, tornado multilocalizado, e do que conta como suas etapas, como o planejamento e o pós-texto. Suas reflexões apontam muito para possíveis relações entre antropólogas/os/es com profissionais com outras formações. Como exemplos, enfatiza os trabalhos do cenógrafo venezuelano Fernando Calzadilla. De modo geral, o autor traz elementos comumente associados à pós-modernidade para dentro das práticas antropológicas, e ressalta as funções especulativas e críticas da disciplina, permeando-as também de preocupações políticas e éticas.

Em texto mais recente, Tim Ingold (2017) traz reflexões sobre a antropologia convocando-a ainda mais a se refazer, tanto em suas relações com outras disciplinas quanto no que diz respeito às relações estabelecidas com aquelas/es (com) que (se) estuda e aos próprios engajamentos da disciplina em debates contemporâneos mais amplos. Esse refazer é também um desfazer mais ampliado do que o trazido pelos autores supra comentados, pois não tece as associações convencionalizadas entre antropologia, etnografia e observação participante. Lembrando que a associação entre as três é extremamente forte em Evans-Pritchard, enquanto as duas primeiras ainda estão fortemente ligadas em George Marcus, que ainda associa a etnografia a métodos ou técnicas de pesquisa. Por sua vez, Tim Ingold mantém uma definição padrão de etnografia, como uma descrição gráfica da vida de “pessoas em dado lugar e em dado período” (p. 223). Quanto à sua definição de antropologia, torna-a mais ampla, afirmando de forma aparentemente prosaica que “é uma investigação generosa, aberta, comparativa e crítica das condições e possibilidades da vida humana no mundo que habitamos” (p. 223): generosa, por sua atenção e responsividade a outras pessoas, em seus fazeres e dizeres, sobretudo a partir da observação participante; aberta, por não almejar soluções finais, mas caminhos, com o comprometimento com formas de vida sustentáveis, “para todas as pessoas e para todas as coisas”; comparativa por não acreditar em um caminho único; e crítica, pela insatisfação com o estado de coisas.

Como tem como ponto de partida o pressuposto de que vivemos em catástrofe, Tim Ingold acredita na busca de alternativas conjuntas, e no papel que a antropologia possui para isso, por ser um dialogar *com* e um aprender *com*, para os quais a observação participante é basilar. Isso torna a antropologia independente da etnografia, embora antropologia e etnografia possam, e, quando possível e preciso, devam trabalhar juntas. Outro argumento é que observação participante e etnografia não são a mesma coisa, nem são métodos, embora possam ter métodos. No caso da primeira, não se reduz, ou não deveria se reduzir, à objetificação das pessoas, antes deveria ser um compromisso ontológico, educacional. A antropologia também é especulativa para o autor, no que diz respeito às possibilidades de vida, e, embora a descrição seja importante, os posicionamentos da/do/de antropóloga/o/e/s devem compor nas suas produções, e os argumentos que os fundamentam devem ser apresentados – e aqui é grande o diferencial em relação à posição de antropólogas/os/es como etnógrafas/os/es. O autor acredita também que sua proposta é capaz de abrir a disciplina para outras formas de se fazer-e-escrever pesquisa, mencionando arte, design, teatro, dança, música, arquitetura, arqueologia e história comparada.

Em Tim Ingold, a ideia de contexto cultural perde a importância que tinha por exemplo em Evans-Pritchard. Em consonância com a proposta de George Marcus, e, no geral, da antropologia pós-moderna norte americana, a antropologia é convocada para compor com a arte, porém em Tim Ingold, para além dessa colaboração entre profissionais, há um foco mais proeminente, o das colaborações *com* quem se estuda para além do meio universitário ou acadêmico. Outro elemento que distingue Tim Ingold de George Marcus é seu foco na vida assim como o seu ponto de partida de que vivemos em catástrofes. A antropologia é vista também em sua coexistência com a universidade, como sendo dela dependente (e vice-versa); coexistência que defende em um momento de ameaças a tais insituições. De certa forma, com esse terceiro autor, a catástrofe passa a ser o contexto de produção da própria Antropologia e dos meios de que faz parte.

QUESTÃO 2:

Qual o argumento em defesa do governo dos tutores? Como Dahl refuta esse argumento? E como Schumpeter e Manin colocariam em xeque essa refutação?

Chave de resposta:

1. Governo dos tutores:

- a. Pessoas comuns não têm competência para governar;
- b. Governo deve ser entregue a especialistas;
- c. Analogia da relação entre médico e paciente;
- d. Não nega o princípio da igualdade intrínseca. Especialistas sabem o que é melhor para a sociedade.

2. Refutação de Dahl:

- a. Não devemos confiar completamente a autoridade política a especialistas;
- b. Delegar decisões secundárias ou fazer consultas a especialistas não é o mesmo que ceder o controle total das decisões;
- c. Analogia da relação entre médico e paciente é imprecisa, uma vez que decisões individuais não equivalem a decisões impostas por um governo;
- d. Governar exige muito mais que conhecimento técnico;
- e. Problemas práticos: como os tutores seriam selecionados?
- f. Pelo princípio da igualdade intrínseca, não há ninguém que seja tão mais bem preparado do que os outros para governar, a quem se possa confiar a autoridade completa e decisiva no governo de um estado;
- g. Igualdade intrínseca: "Ao chegar a decisões, o governo deve dar igual peso ao bem e aos interesses de todas as pessoas ligadas por tais decisões";
- h. Portanto, "Se não devemos ser governados por tutores, quem deveria nos governar? Nós mesmos." (Diretamente ou por meio de representantes).

3. Schumpeter:

- a. Inviabilidade em comunidades grandes;
- b. O bem comum não existe. Pessoas têm preferências diferentes;
- c. Vontade manipulada e cidadãos apáticos e pouco informados;
- d. Democracia é o governo dos políticos. "O método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor";
- e. Cidadãos não controlam os políticos. "uma vez eleito determinado cidadão, a ação política passa a ser dele e não sua".

4. Manin

- a. Governo representativo não é o mesmo que democracia ou autogoverno;
- b. Eleições não eliminam diferenças de status e função entre governantes e governados.

Portanto, não há incompatibilidade entre representação e governos de elite;

- c. Representantes possuem uma independência parcial em relação ao povo;

d. "Boa parte da insistência na idéia de que existe uma crise de representação se deve à percepção de que o governo representativo vem se afastando da fórmula do governo do povo pelo povo. A situação corrente, no entanto, toma outros contornos quando se compreende que a representação nunca foi uma forma indireta ou mediada de autogoverno do povo."

QUESTÃO 3:

"Propomos aqui que o racismo deve ser compreendido como um fenômeno social constituído pelas relações ontológicas entre: discursos, ideologias, doutrinas ou conjuntos de ideais (cultura); ações, atitudes, práticas ou comportamentos (agência); estruturas, sistemas ou instituições (estrutura). As relações empíricas entre essas três dimensões só podem ser sociologicamente inquiridas caso reconhecamos sua mútua dependência ontológica, mas as mantenhemos separadas em um nível analítico. Mesmo imbricadas, essas três dimensões possuem propriedades emergentes, lógicas distintas e poderes causais variáveis de acordo com o contexto ou situação." (CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 32(95), 2017). A partir do trecho acima, disserte sobre as relações entre cultura, agência e estrutura nas análises sobre as relações raciais nas obras de Frantz Fanon, Lélia Gonzales e Alberto Guerreiro Ramos.

Luiz Augusto Campos: racismo como fenômeno multidimensional: cultura, agência e estrutura.
Frantz Fanon: racismo e colonialismo. Trauma e experiência negra. Corpo e subjetividade. Ontogenia, psicogenia e sociogenia. Lélia Gonzales: Linguagem e subjetivação. Consciência e memória. Dominador x Dominado. Figurações da mulher negra: mulata, doméstica e mãe preta. Desejo e neurose. Raça e gênero. Guerreiro Ramos: negro tema x negro vida. Democracia racial e ideologia da brancura. Experiência social e subjetivação coletiva: estética e reconhecimento. Identidade racial x identidade nacional. Nacionalismo e cosmopolitismo.

Vitória, 18 de outubro de 2023

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Eliana Santos Junqueira Creado (Presidente)

Prof. Dr. Maro Laro Martins

Prof. Dr. Mauricio Yoshida Izumi



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ELIANA SANTOS JUNQUEIRA CREADO - MATRÍCULA 1784914
Membro - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Em 18/10/2023 às 08:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/819612?tipoArquivo=O>